



Questão 1 - (2,0)

Entendendo a Educação como um ato político, faz-se necessário pensá-la sempre à luz do cada contexto histórico/social.

O ensino escolar de Literatura Africana de Língua Portuguesa não pode estar desarticulado dessa perspectiva, principalmente no contexto educacional contemporâneo, que se insere em atuais políticas de recesso das diretrizes sociais e a ataques e desmonte progressivo da educação básica e da Universidade, a exemplo da UFRJ, após o seu lugar de formação (professor de nível) e de mudança de paradigmas.

Assim como os direitos sociais que estão sendo gradativamente retirados, o ~~Ensino de~~ ensino de Literatura Africana de Língua Portuguesa na escola básica foi uma dura e longa conquista dos movimentos sociais, de marionetes negros, e de intelectuais, professores e militantes.

A lei que regulamentou o ensino de Literatura Africana de Língua Portuguesa em todas as escolas foi uma grande e importante vitória.

Por séculos invisibilizada, hoje tem forças da lei, de regulamentação, de disciplina/conteúdo escolar. Mas, não basta. O trabalho/práticas pedagógicas ainda ficam, muitas vezes, restritas à Semana da Consciência Negra. É preciso que ela esteja no currículo, nos debates, no projeto político pedagógico da escola, do professor e que seja canal de construção social.

A educação se entendida como espaço de disputa de poder, de interesses, de ideologias e de hegemonia não pode centrar-se no conhecimento técnico somente. Ou seja, em uma formação de estudantes/cidadãos centrada somente na disciplina e/ou conteúdos. É preciso que tenhamos um ensino/aprendizagem que dialogue com seu contexto social, demandas e vozes silenciadas.

Nesse sentido, é fundamental entender o ensino de Literatura Africana de Língua Portuguesa como um espaço de desconstrução da "ordem do discurso", conforme Foucault, lugar esse que constrói um discurso social em que o negro é sempre silenciado, está sem direitos e voz.

Hoje, o ensino escolar da referida disciplina/conteúdo/temática é ainda um espaço de lutas. O fato das escolas serem obrigadas a ensinar a mão aberta um espaço de respeito para, por exemplo, a literatura da Carolina Maria de Jesus, que mesmo tendo sido fenômeno de vendas (1 de 1 milhão de exemplares) e público na década de 60, foi sumariamente excluída pelos críticos literários e dos estudos (literários) da Literatura Brasileira.

A autora, quando ocupa um espaço, está até hoje no lugar do "erro" ortográfico quando a citam no ensino de oralidade/escrita.

É preciso mais que uma lei para que a literatura Africana de Língua Portuguesa esteja como protagonista nas salas de aula. Porém, não podemos deixar de ressaltar que

ideias como as presentes no trabalho e ensaio de da professora Laura Padilha (UFF), que há décadas defende "as letras pretas", o lugar da negritude nos espaços literários e pedagógicos, e cada vez mais resultados também na formação do professor, adentrando, assim, as escolas básicas.

Neste contexto de duras e importantes lutas e avanços, mesmo que lentos, vemos escolas trazendo para seu debate e ensino cotidiano a história e a literatura Africana da língua Portuguesa que tem um diálogo direto com a literatura e trabalho com autores (as) negros de nosso país. Assim, temos por exemplo um crescimento e crescente desta que parte da literatura/poesia de Conceição Evaristo, que evoca memórias e africanidades em seus textos.

Embora tal valorização e trabalhos não se façam ainda legemais nas escolas, é preciso que universidades e professores de ensino básico resgatem a tradição dos quilombos, que trazem consigo não só contos/narrativas africanas, mas também o direito à literatura, defendido por Antônio Cândido, que se entende como direito não deve excluir da formação nenhuma das literaturas.

Assim, é preciso entender a história da literatura Africana e ter um posicionamento político e humano diante do ensino de Literatura Africana da Língua Portuguesa, pois se atual-

mente estes, mas longe de dar a necessidade (im-
portância) e proporcionar importância entre
as literaturas, podemos e devemos colocá-las
em nossas salas (de aula) e não no "quarto
de depósito, fazendo aqui uma alusão à obra
de Carolina Maria de Jesus e as práticas
de ensino de Literatura Africana de Língua
Portuguesa nas escolas brasileiras.

Questão 2

Origens, formas e conteúdo da estrutura/forma
de palavras é construída com os estudantes
a partir de "cada um" as nossas palavras, histó-
rias e etc literárias.

O mesmo trabalho pode/ deve ser feito e relacio-
nado ao ensino de Literatura Africana de Lin-
gua Portuguesa, principalmente se estamos diante
de uma didática do ensino de língua mater-
na que entrelaça texto, análise linguística,
literárias, lidas e escritas, como defende
Luiz Carlos Travaglia em "Por que não ensinar
gramática na escola".

Outro autor que nos ajuda a pensar (e) uma
interface entre as disciplinas/ conteúdos em
questão é Mario A. Pardini, pois, (e) segundo ele,
é preciso práticas de ensino de língua que
ajude a formar o estudante mais crítico/refle-
tivo sobre a língua materna, onde a análise
linguística dos textos literários estão em
diálogo.

No recorte aqui proposto, temos as origens de
muitas palavras pertencidas pelas domínios
de um povo pelo outro (com diversas culturas), pelo
contato de línguas e culturas que, por vezes,
misturam-se linguisticamente, (literária)
literariamente, culturalmente e ideologicamente.

Assim, podemos perceber e explorar o quanto
a Literatura Africana de Língua Portuguesa
se está diretamente ligada às origens/histó-
rias das palavras africanas e quais foram
incorporadas ou distorcidas das brasilei-
ras, mesmo que no mesmo idioma.

Um debate sobre o tema pode ser apresentado
a partir da carga ideológica e histórica e por
vezes preconceituosa com que a sociedade usa o
seu léxico "A coisa está preta", para dizer
que algo está ruim e um exemplo.

Porém, a partir de textos literários de
Literatura Africana de Língua Portuguesa
podemos aprofundar raízes, compreender mais
que radicais, vocábulos temáticos, prefixos ou
sufixos. Podemos ler textos literários
também de literatura africana. Podemos, a par-
tir de contos de Chimamanda, por exemplo, in-
terpretar o papel da mulher na sociedade e na
literatura, ontem e hoje.

O papel do negro e o da palavra tem fun-
damental construção nos discursos sociais que
separam ou não os lugares de fala.

É na palavra, no discurso, no trabalho com
a linguagem que as práticas sociais se

estruturam o tempo.

Nesse sentido, o trabalho do professor está também voltado para a formação do leitor e leitora da língua reflexiva. Assim, é possível constatar uma escola mais democrática, que abraça uma interface que os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam e que permitem um importante diálogo: o entre o texto literário e a leitura de mundo, como defende Paulo Freire, em a importância do ato de ler.

Assim podemos perceber/perceber uma prática pedagógica que vá no sentido contrário de um ensino fragmentado, como criticam autores como Sérgio Possenti, mas em ensino/trabalho com o escolar com as linguagens e conteúdos interligados, para que (se) não reproduzamos o reforço de práticas que colocam o ensino da gramática e da literatura como reforço, mas como parte integrante da história e na nossa gente.

Questão 3

Segundo Michele Petit, a formação do leitor literário se dá ao longo de toda vida. A noção de "leitor maduro" é debatida no livro "Os jovens e a leitura" e nos permite uma discussão necessária sobre o lugar do texto literário na escola e principalmente no Ensino Fundamental II, uma vez que a disciplina "Língua

natura" está presente no Ensino Médio

O trabalho com o texto literário no Ensino Fundamental II é bem cotidiano, mas é necessário refletir/impulsionar algumas questões que envolvam não só a formação do professor, mas, também, discussões políticas entre as áreas do conhecimento

Nesse sentido, que práticas pedagógicas estão presentes no trabalho com o texto literário?

Se ele estiver sendo usado (somente) para um trabalho com a gramática, está bem longe de formar leitores literários e este mesmo, ainda, não só retirando dos estudantes seu "direito à literatura, como defendido por Antonio Candido, mas mais que isso.

Naquele o objeto da leitura literária é o que também a formação e o contato dos estudantes com sua subjetividade (Jaime).

O senso comum de que os jovens não têm tempo de ler não colabora para a formação literária.

As práticas de leitura na escola precisam avançar tanto em vezes em que se lê, como em discussões teóricas/práticas, como defende Tereza Colares em "Andar (entre) entre livros". Assim, aprofundar a leitura de textos literários com os alunos do Ensino Fundamental II é primordial.

Se pensarmos nos atos de leitura, poderia ser, por os sentidos dos textos literários por meio curricular e da voz dos sujeitos/

estudantes terem gradativamente uma aproximação (da escola) mais democrática com esse "objeto intempestivo" ("Um Certo Eco) chamado literaturas.

A aproximação do texto literário deve partir de uma relação de bom leitor. É a presença que a arte e a humanização de adentrarem a sala de aula e os mundos que ali se entrecruzam.

Tudo e qualquer conteúdo escolar pode dialogar com o texto literário.

Mim, "A (literatura do ser) elite que do mundo precede a palavra", conforme Paulo Freire, presenciamos que os elementos constitutivos do texto literário permeiam absolutamente toda a formação de estudantes, que tem tido, em tantas escolas e espaços, seu "direito" à literaturas, segundo as práticas pedagógicas centradas em conteúdos e regras.

"É preciso humanizar a humanidade", diz Antonio Candido, e isso é também papel da literatura e da escola, em te-
des os seguintes.